

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL**

Em 26 de junho de 2019, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Informações;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
3. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 200/XIII/4.ª (GOV) - Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses;**  
Relatora - Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
  - **Proposta de Lei n.º 202/XIII/4.ª (GOV) - Altera o regime aplicável ao processo de inventário;**  
Relatora - Deputada Emília Cerqueira (PSD)
  - **Projeto de Lei n.º 1217/XIII/4.ª (PS) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital;**  
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual de Atividades da Provedoria de Justiça relativo ao ano de 2018, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção;**  
Relatora - Deputada Susana Amador (PS)
5. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.ª (GOV) - Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;**
  - **Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.ª (GOV) - Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária;**
6. **Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;**
7. **Discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 1617/XIII/3.ª (PCP) - Criação de uma Escola de Formação para os Serviços Prisionais, e 2170/XIII/4.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a modernização e o controlo público da rede de comunicações de emergência do Estado;**
8. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP solicitando a audição urgente dos Ministros da Administração Interna e da Economia, sobre as circunstâncias concretas do negócio, sobre quais as garantias de funcionamento deste sistema e, ainda, quais as razões objetivas que levaram o Governo a decidir-se por esta operação de aquisição e transformação do SIRESP num sistema exclusivamente público;**
9. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
  - **Petição n.ª 537/XIII/4.ª - "Solicita revogação do Capítulo VI do Título I do Livro II do Código Penal, relativo aos crimes contra a honra";**  
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
  - **Petição n.º 568/XIII/4.ª - "Solicita a adoção de medidas com vista à promoção da igualdade de género na paternidade e na maternidade";**  
Relatora: Deputada Catarina Marcelino (PS);
  - **Petição n.º 583/XIII/4.ª - "Solicitam alteração legislativa com vista à inclusão do Duque de Bragança na Lei do Protocolo do Estado";**  
Relator: Deputado Telmo Correia (CDS-PP)
10. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

**11. Outros assuntos.**

**11:00 Horas**

**Audição da Ministra da Justiça, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

**PROPOSTA DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR	CONSULTAS A PROMOVER
PPL 207/XIII/4. <sup>a</sup> (GOV)	<a href="#">"Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão</a>	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)	INFARMED

**PROJETOS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR	CONSULTAS A PROMOVER
PJL 1233/XIII/4. <sup>a</sup> (PCP)	<a href="#">Garante o acesso ao direito e aos tribunais</a>	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)	CSM, CSTAF, CSMP, OA e OSAE
PJL 1234/XIII/4. <sup>a</sup> (PCP)	<a href="#">Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca</a>	Deputada Emília Cerqueira (PSD)	CSM, CSMP, OA e OSAE
PJL 1235/XIII/4. <sup>a</sup> (PCP)	<a href="#">Altera o regime jurídico do processo de inventário reforçando os poderes gerais de controlo do juiz</a>	Deputada Emília Cerqueira (PSD)	CSM, CSMP, OA e ON
PJL 1237/XIII/4. <sup>a</sup> (CDS-PP)	<a href="#">Aprova o regime do acesso ao Direito e aos Tribunais, revogando a Lei n.º 34/2004, de 29 de julho</a>	Deputado Fernando Anastácio (PS)	CSM, CSTAF, CSMP, OA e OSAE

Relativamente à distribuição das iniciativas, o Senhor Presidente recordou que a Conferência de Líderes já fechara os agendamentos para as reuniões plenárias futuras até ao final da sessão legislativa, não estando agendada a discussão de duas dessas iniciativas, mais concretamente a Proposta de Lei n.º 207/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) e o Projeto de Lei 1237/XIII/4.<sup>a</sup> (PS) - a primeira, porque acabada de entrar; a segunda, porque com pedido de arrastamento para a sessão de 4 de julho não atendido por não ter cumprido os requisitos -, pelo que poderia não se justificar a elaboração dos respetivos pareceres. Todavia, a Comissão deliberou emitir parecer sobre ambas, uma vez que, por iniciativa e expressa vontade dos próprios, foram para o efeito designados Relatores.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 200/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses, a pedido da respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 202/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime aplicável ao processo de inventário, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), e no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV.

Foi também apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 1217/XIII/4.ª \(PS\)](#) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital, que foi apresentado pelo respetivo Relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). No debate, intervieram os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS), tendo o primeiro feito duas observações sobre o teor do Projeto de lei, uma a propósito da consagração do princípio de neutralidade relativamente aos conteúdos disponibilizados na *Internet*, recordando que esse princípio carece de compatibilização com obrigações do Estado resultantes da lei e de normas comunitárias, designadamente em matéria de prevenção e combate a atos terroristas, e outra sobre o facto de vários artigos versarem direitos dos trabalhadores, matéria que deveria ser objeto de apreciação pública, nos termos legais. O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou pertinentes as observações feitas e esclareceu que o princípio da neutralidade enquadrava-se numa lógica de acesso universal, e não fragmentado, aos conteúdos, e não tanto aos conteúdos, propriamente ditos. Já quanto às questões laborais, recordou que as mesmas estavam a ser tratadas, no âmbito da discussão de outras iniciativas legislativas, na Comissão do Trabalho e Segurança Social, onde teve lugar a discussão pública legalmente exigida.

No final, após o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) se ter disponibilizado a incorporar as observações feitas no parecer, procedeu-se à respetiva votação, tendo o parecer sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV.

O quarto ponto, que consistia na Apreciação e votação do parecer sobre o [Relatório Anual de Atividades da Provedoria de Justiça relativo ao ano de 2018, incluindo o](#)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL

[relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção](#), foi adiado para reunião de dia 11 de julho, a pedido da respetiva relatora, Deputada Susana Amador (PS).

Foi igualmente adiada discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, e da [Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, tendo a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa justificado o adiamento no facto de, nesse mesmo dia, no final da sessão plenária, estar agendada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 147/XIII/4.ª (GOV), que teria implicações nessas iniciativas legislativas. Não havendo oposição dos demais grupos parlamentares presentes, foi o que se fez.

Não houve lugar à fixação de redações finais de textos aprovados e procedeu-se ao adiamento do ponto seguinte, que consistia na discussão dos [Projetos de Resolução n.ºs 1617/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Criação de uma Escola de Formação para os Serviços Prisionais, e [2170/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a modernização e o controlo público da rede de comunicações de emergência do Estado, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, através do Senhor Deputado Jorge Machado.

No ponto seguinte, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, solicitando a audição urgente dos Ministros da Administração Interna e da Economia, sobre as circunstâncias concretas do negócio, sobre quais as garantias de funcionamento deste sistema e, ainda, quais as razões objetivas que levaram o Governo a decidir-se por esta operação de aquisição e transformação do SIRESP num sistema exclusivamente público, que foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), tendo esta explicitado que a parte do requerimento relativa à audição do Ministro da Administração Interna já fora aprovada na reunião anterior, por agregação ao requerimento apresentado pelo PCP, no mesmo sentido, restando aprovar a audição do Ministro da Economia.

No debate que se seguiu, usou da palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que sugeriu ao proponente CDS-PP que retirasse o pedido de audição do Ministro da



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL

Economia, uma vez que o acompanhamento financeiro desse acordo fora feito pelo Ministério das Finanças, mais concretamente pelo Secretário de Estado do Tesouro, não tendo tido qualquer participação o Ministro da Economia. Em resposta, e tendo em conta a informação prestada, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva solicitou que a audição do Ministro da Economia fosse substituída pela audição do Secretário de Estado do Tesouro, que deveria acompanhar o Ministro da Administração interna na audição a realizar na Comissão. Intervieram ainda os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e Carlos Peixoto (PSD), que declararam nada ter a obstar à vinda do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, mas que entendiam que o Ministro da Administração Interna se devia fazer acompanhar de quem bem entendesse, porque o fundamental era que fosse prestada toda a informação sobre os contornos do negócio e o enquadramento financeiro futuro (prestações futuras de aluguer de equipamento)

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo o Senhor Presidente ficado de diligenciar o agendamento da audição do Ministro da Administração Interna, com a referência de que se deveria fazer acompanhar, nessa audição, dos membros do Governo que tenham tido intervenção no acordo celebrado entre o Estado e os acionistas privados a que aludem os requerimentos e na definição dos encargos financeiros futuros, a fim de poderem ser prestados todos os esclarecimentos a que aludem os requerimentos.

O ponto relativo à apreciação e votação dos relatórios finais foi adiado para a reunião seguinte.

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciar e ratificar nem outros assuntos a tratar, foi feita uma curta pausa.

Em seguida, pelas 11h10, teve início a audição, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, da Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), que se fez acompanhar da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Helena Mesquita Ribeiro) e da Senhora Secretária de Estado da Justiça (Anabela Pedroso).

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, usaram da palavra os Senhores (as) Deputados (as) Carlos Peixoto e Sandra Pereira (PSD), Fernando Anastácio e Jorge



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL

Lacão (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado da Justiça respondido individualmente às questões colocadas. Intervieram ainda, para pedidos de esclarecimento, os Senhores e Senhoras Deputados (as) Rui Cruz (PSD), Lara Martinho (PSD) e Sara Madruga da Costa (PSD), a quem a Senhora Ministra deu resposta final conjunta.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo à Senhora Ministra da Justiça e às Senhoras Secretárias de Estado os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 60/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Catarina Marcelino  
Emília Cerqueira  
Fernando Anastácio  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Machado  
Luís Soares  
Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Elza Pais  
Telmo Correia